UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE PONTA PORÃ
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Ana Paula Espíndola Arguelho

DESEMPENHO DOS INDICADORES SOCIOECONÔMICOS NA REGIÃO DE PLANEJAMENTO SUL FRONTEIRA-MS

PONTA PORÃ
2023

Ana Paula Espíndola Arguelho

DESEMPENHO DOS INDICADORES SOCIOECONÔMICOS NA REGIÃO DE PLANEJAMENTO SUL FRONTEIRA-MS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul como requisito para obtenção do título de bacharel(a) em Ciências Econômicas. Orientador(a): Profª. Dr.ª Rosele Marques Vieira

PONTA PORÃ
2023

FICHA CATALOGRÁFICA

A742d Arguelho, Ana Paula Espíndola

Desempenho dos indicadores socioeconômicos na Região de Planejamento Sul Fronteira-MS/ Ana Paula Espíndola Arguelho. – Ponta Porã, MS: UEMS, 2023.
29 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado) - Ciências Econômicas - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), 2023.

Orientadora: Profª Drª. Rosele Marques Vieira

1. Indicadores socioeconômicos 2. Desenvolvimento na faixa de fronteira 3. Desenvolvimento regional. I. Vieira, Rosele Marques. II. Título.

CDD 23 ed. 338.98171

Ficha Catalográfica elaborada pela bibliotecária da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) Aline Perdomo Soutelo, inscrita sob o CRB Provisório n° 714 - 1ª Região.

RESUMO

O objetivo do trabalho é analisar a dinâmica do desenvolvimento socioeconômico dos municípios localizados na região Sul Fronteira, do Estado de Mato Grosso do Sul, no período entre 2010 a 2020, através da análise de indicadores socioeconômicos. Para tanto foi desenvolvida uma pesquisa bibliográfica, quantitativa e descritiva elaborada a partir de informações secundárias já publicadas como as bases do IBGE, entre outras. Os resultados mostraram que o município de Ponta Porã teve um significativo crescimento populacional entre os anos de 2010 e 2022, passando de 77.872 (mil) habitantes para 92.017 (mil) habitantes. Apresentando maior renda per capta (R$ 653,36) e o maior número de população ocupada, além de apresentar a menor porcentagem de pobres e extremamente pobres. O município também apresenta o maior desempenho no PIB, com destaque no setor de comércio e serviços. Possui alto desenvolvimento (0,701), o qual apresenta os melhores percentuais de população, emprego, renda e PIB. Analisando IFDM, Laguna Carapã é o município com maior desenvolvimento, tanto em 2010 (0,6360), quanto em 2016 (0,6845), apresentando desenvolvimento moderado. Os municípios com os maiores indicadores de concentração de renda e desigualdade são: Paranhos, Tacuru e Ponta Porã, variando entre 0,64 e 0,60, o que acaba refletindo na qualidade de vida da população.

Palavras-chave: Indicadores Socioeconômicos. Desenvolvimento na faixa de fronteira. Desenvolvimento Regional.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....05
2.Breve Contexto Histórico da formação do MS e da Região Sul Fronteira.....06
2.1.Características da Região Fronteiriça.....07
3.Causas e consequências das desigualdades para as regiões.....10
4.Metodologia.....11
5 - Dinâmica socioeconômica da Região Sul Fronteira.....13
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....19
REFERÊNCIAS.....21

1.INTRODUÇÃO

As regiões localizadas na fronteira possuem características diferenciadas e algumas particularidades econômicas, culturais e sociais, apresentando uma dinâmica socioeconômica diferenciada das demais regiões brasileiras, principalmente nos municípios que estão localizados na Faixa de Fronteira Internacional (FFI).

A Faixa de Fronteira é resultado de um processo histórico fundado na preocupação do Estado com a garantia de sua soberania e independência nacional desde o período colonial. Porém, apenas em 1979, por meio da Lei nº 6.634, a Faixa de Fronteira foi instituída, definindo sua conformação territorial, denominada “Faixa de Fronteira” e, sua função estratégica de segurança territorial foi reiterada (BRASIL, 2005)

Segundo GUETTI (2008), apesar de possuir características diferenciadas de outros territórios, a discussão a respeito do desenvolvimento das fronteiras internacionais tem-se ampliado a partir da década de 1990, tanto no âmbito nacional, quanto no internacional.

Desde então, a preocupação com a segurança e a soberania do território tem alicerçado discussões sobre o desenvolvimento regional, na perspectiva de que para haver segurança, faz-se necessário o fortalecimento de outros aspectos da Faixa de Fronteira, como a geração de emprego e renda (BRASIL, 2010).

O estado de Mato Grosso do Sul possui 79 municípios. Baseado nesses municípios, a SEMAGRO (Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura) definiu, para fins de elaboração de um plano de gestão, nove regiões de planejamento. A área analisada corresponde à região de planejamento Sul Fronteira composta pelos municípios que se localizam mais ao sul do estado, na região Centro-Oeste: Amambaí, Antônio João, Aral Moreira, Coronel Sapucaia, Laguna Carapã, Paranhos, Ponta Porã, Sete Quedas e Tacuru. Esses municípios, apesar de estarem localizados na faixa de fronteira com a República do Paraguai, Amambai, Laguna Carapã e Tacuru, não fazem fronteira seca com o país vizinho.

Estudos sobre a dinâmica do desenvolvimento socioeconômico são de grande relevância, no sentido de demonstrar o desempenho dos indicadores sociais e econômicos, considerando suas limitações, diferenças e singularidades, fornecendo uma série de informações sobre gargalos e fragilidades aos quais as políticas públicas devem focar, no sentido de melhorar o quadro socioeconômico dos municípios (FERRERA DE LIMA; HERSEN; KLEIN, 2016).

Diante do exposto, o objetivo do trabalho é analisar a dinâmica do desenvolvimento socioeconômico dos municípios localizados na região Sul Fronteira, do Estado de Mato Grosso do

Sul, no período entre 2010 a 2020, através dos indicadores socioeconômicos. Além desta introdução, o trabalho está organizado em mais quatro seções. Na segunda, é desenvolvida a fundamentação teórica que embasa a pesquisa. Na terceira, são apresentados os procedimentos metodológicos que nortearam o estudo. Já na quarta seção, foi realizada a apresentação e análise dos resultados. Finalmente, a quinta seção destaca-se as considerações finais do trabalho.

2. Breve Contexto histórico da formação do MS e da Região Sul Fronteira

Histórica e politicamente constituída, a faixa de fronteira é normatizada pela Constituição Federal de 1988. No Brasil a faixa de fronteira é a região de influência do limite político internacional, definida pela Lei n. 6.634, de 2 de maio de 1979, como a área composta pelos municípios total ou parcialmente inseridos em uma faixa interna de 150 km de largura paralela ao limite internacional. Atualmente o Brasil faz fronteira com dez países, cerca de 27% do território faz parte da faixa de fronteira, o que totaliza mais de 143 mil km² (IBGE, 2020).

Alguns marcos históricos que ocorreram na região de Mato Grosso do Sul, antigo Mato Grosso, contribuíram tanto para a ocupação como para o desenvolvimento regional e local.

O ciclo da erva-mate teve um papel de extrema importância no século XX, quando Tomás Laranjeira criou a Companhia Mate Laranjeira, na região que hoje está localizado o município de Ponta Porã. Com a exploração, a erva-mate tornou-se o produto chave da economia do antigo sul de Mato Grosso. O principal consumidor era a Argentina.

No entanto, após a Guerra do Paraguai (1864 – 1870), outras atividades, além da ervateira, começaram a fazer parte do universo econômico da Região, dentre elas a agropecuária. Com isso, muitos migrantes e imigrantes vieram para a Região.

Em 1938, teve início a “Marcha para Oeste”, com o intuito de nacionalizar as fronteiras sul-mato-grossenses, principalmente com o Paraguai. Assim, algumas medidas foram criadas para enfraquecer a Companhia, dentre elas, a recusa da renovação de contrato de arrendamento e a taxação sobre a erva-mate. Em 1943, o governo federal criou a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), um projeto de desenvolvimento do capitalismo no campo, que tinha como objetivo ocupar terras férteis. A CAND foi instalada nas áreas que antes eram arrendadas pela Companhia Mate Laranjeira, surgindo as cidades da Região de Dourados.

Em 1965, com o aumento da produção interna de erva-mate, a Argentina parou de importar o produto do Brasil, principalmente do Estado de Mato Grosso, o que pode ter acarretado o fim da atividade na Região. Outro fato histórico que teve extrema contribuição para o crescimento e desenvolvimento da Região, foi a estrada de ferro. Até a década de 1980, muitos dos municípios sul-mato-grossenses não tinham asfalto, dessa forma, a maneira mais acessível, tanto para passageiros,

quanto para cargas, era o trem.

A Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (Linha Tronco), é uma das principais ferrovias do Mato Grosso do Sul. Liga o município de Corumbá, no Mato Grosso do Sul, ao centro-oeste de São Paulo. Pelo fato da cidade de Corumbá estar localizada às margens do Rio Paraguai, facilita conexões internacionais com a Argentina e Paraguai. A Ferronorte (Ferrovia Norte Brasil) que liga as cidades de Rondonópolis, no Mato Grosso, e Santa Fé do Sul, em São Paulo, foi considerada um dos principais corredores para o escoamento de grãos, além de ser fundamental para o Agronegócio. (IPHAN, 2009)

Em 1977, por meio da Lei Complementar nº 31, foi criado o Estado de Mato Grosso do Sul, sendo desmembrado do Estado de Mato Grosso. O Estado de Mato Grosso do Sul possui 79 municípios, 44 deles estão localizados e fazem parte da faixa de fronteira, o que representa mais de 55% de seu território. A faixa de fronteira sul mato-grossense está localizada no arco central e faz divisa com dois países, Paraguai e Bolívia (IBGE,2020).

De acordo com dados do IBGE, em 12 anos, de 2010 a 2022, a população de Mato Grosso do Sul cresceu 12,56% (média de 0,99% ao ano) e passou de 2.449.024 pessoas para 2.756.700, segundo dados preliminares do Censo de 2022. (IBGE, 2022).

2.1 Características da Região Fronteiriça

De acordo com Ferrera de Lima (2020) “A região fronteiriça é mais sensível às mudanças institucionais, econômicas e sociais impostas pela globalização”.

Os municípios que estão localizados na faixa internacional de fronteira apresentam certas singularidades que os diferenciam das demais regiões brasileiras, e tendem a ter mudanças que acontecem de maneira mais rápidas por estarem na divisa internacional, ou seja, a dinâmica é afetada por dois países. Possuem características diferenciadas, tanto na sua formação histórica, comércio, migração, entre outras.

Essa região é permeada por debates, planos e políticas de desenvolvimento, entretanto, na prática, são poucos os resultados efetivos percebidos por sua população (BELARMINO e VIEIRA, 2020). Mesmo estando inseridas nesses debates públicos, essas regiões ainda permanecem com uma dinâmica estagnada, apresentando baixo desenvolvimento econômico e social, seja pela dificuldade de gestão, diálogos ou atenção para regiões periféricas, mantendo uma realidade socioeconômica precária nesses municípios.

Além disso, a região fronteiriça também é permeada por desigualdades socioeconômicas, conflitos, alto índice de criminalidade, informalidade, devido às escassas oportunidades de trabalho,

e baixos índices de educação, saúde e renda. (BELARMINO, 2021).

Ferrera de Lima (2020) aponta ainda outros elementos de dificuldade de formação e retenção de capital humano, de formação de capital social e mecanismos de governança participativa, desenvolvimento de inovações e atividades empreendedoras que impactam negativamente na dinâmica do desenvolvimento das regiões de Fronteira do Arco Central.

Esses municípios também se diferenciam das outras regiões brasileiras por apresentarem interações internacionais, e pelo fato disso ser uma realidade cotidiana, principalmente nas cidades-gêmeas (Ponta Porã e Pedro Juan Caballero).

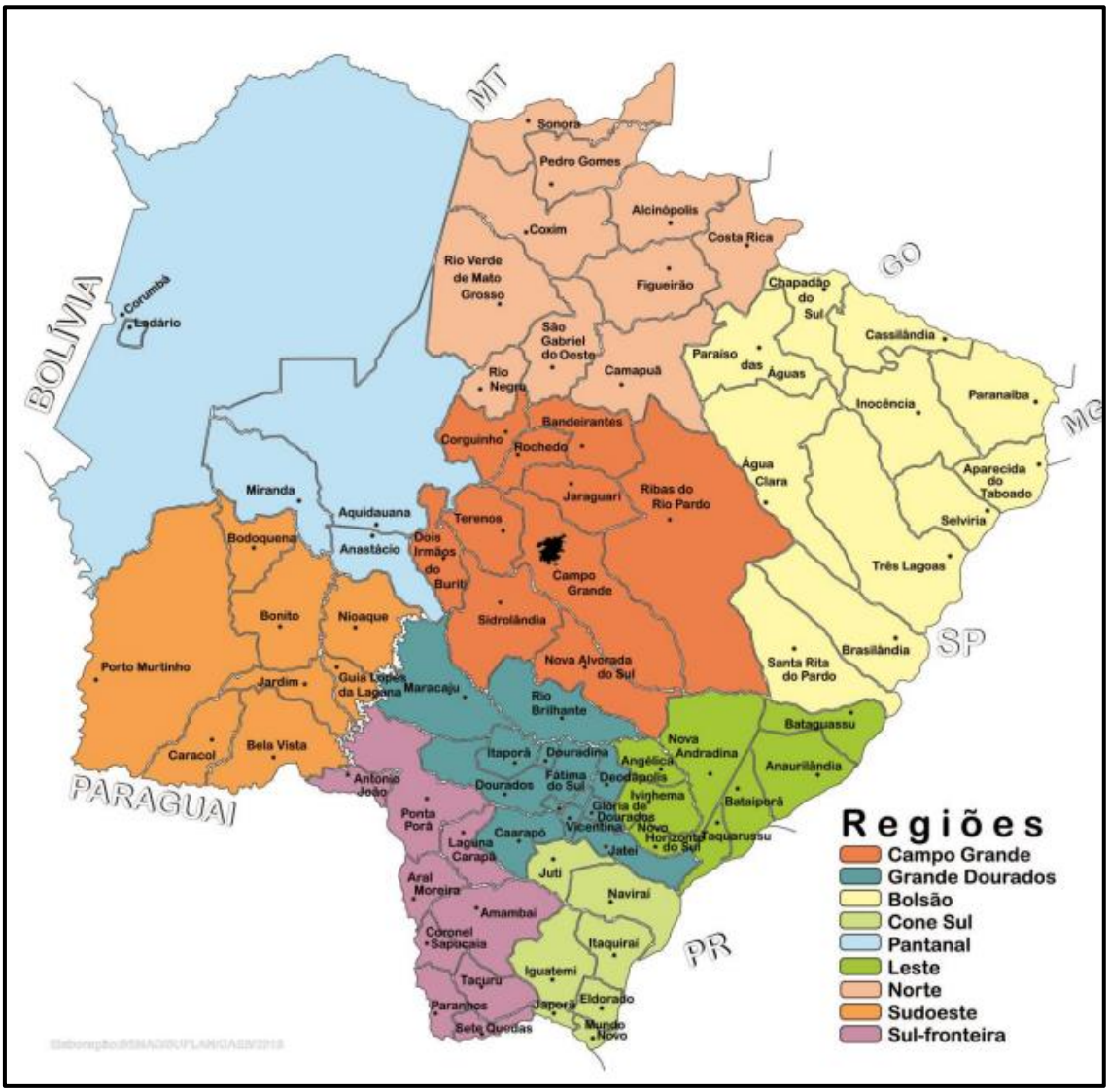
A Figura 1 apresenta o mapa do Estado de Mato grosso do Sul, com suas respectivas divisões por Regiões, com destaque para Região Sul-Fronteira.

No que se refere aos municípios da Região Sul-fronteira, possuem em comum o fato de que parte deles situam-se na fronteira com o Paraguai, com isso, carregam grande influência cultural e econômica com aquele País. Dessa influência, podemos citar a forte relação comercial e empresarial entre o Município de Ponta Porã no Mato Grosso do Sul e Pedro Juan Caballero, no outro lado da fronteira, onde se destacam a influência da cultura paraguaia na música, na dança e na culinária guarani.

Quanto as atividades econômicas, apresentam forte dependência econômica ligada a produção rural, e as culturas mais importantes são: a soja e o milho. A mandioca tem importância local para a alimentação ou como matéria prima de fecularias da região e entorno.

A erva-mate aparece como atividade cultural e alternativa econômica para a região, sendo produto importante para a manutenção da tradição da cultura do chimarrão e do tereré, muito difundidos pela população fronteiriça. A pecuária de corte aparece como atividade importante na ocupação de áreas com pouca aptidão agrícola. As maiores concentrações de bovinos da Região estão localizadas nos municípios de Amambai, Tacuru e Ponta Porã. A atividade industrial é pouco expressiva, os principais ramos industriais estão ligados à indústria frigorífica, curtume, erva-mate e produção de fécula de mandioca (SEMADESC, 2015).

Figura 1: Divisão do Estado de Mato Grosso do Sul por Regiões (Regiões Sul-Fronteira)



Fonte: Semadesc (2015)

Outra singularidade das regiões na faixa de fronteira é a baixa densidade demográfica. Por se localizarem longe dos grandes centros, e por serem tardiamente povoadas, fez com que a faixa de fronteira, desde sua criação, tenha limitações ao desenvolvimento.

De acordo com Ribeiro (2019) alguns fatores históricos e geográficos que contribuíram para concretização dessa realidade foram: 1) Ocupação do Território: a ocupação do Brasil se deu a partir do litoral, transformando essa parte do país de forma mais intensa e tornando-a mais densamente povoada. 2) Industrialização: por ser a região mais ocupada, a zona litorânea do Sul e Sudeste apresentaram maior concentração industrial, o que impacta na qualidade de vida dessa população. 3) Mão de obra e matéria-prima: o desenvolvimento do Brasil é fruto de ciclos econômicos de produção de café, cana-de-açúcar e, posteriormente, a atividade mineradora, e essas atividades se

concentravam também nas regiões Sul e Sudeste.

Devido a essas características, o desenvolvimento da região sul fronteira apresentou impactos negativos no seu desenvolvimento, bem como foram industrializadas e ocupadas de maneira mais tardia e, hoje, vive os reflexos dessa dinâmica e do baixo índice de desenvolvimento.

3. Causas e consequências das desigualdades para as regiões

Segundo SOUZA (2009), as atividades econômicas não se encontram em todas as partes do território. A concentração econômica, as descontinuidades espaciais e as desigualdades regionais são inevitáveis, pelo menos nas fases iniciais do processo de crescimento e de ocupação do território regional.

O desenvolvimento econômico consiste em um processo sistemático de acumulação de capital e de incorporação do progresso técnico ao trabalho e ao capital, que leva ao aumento sustentado da produtividade ou da renda por habitante e, em consequência, dos salários e dos padrões de bem-estar de uma determinada sociedade (BRESSER-PEREIRA, 2010).

Crescimento e desenvolvimento econômico são fundamentais para a toda região. O crescimento econômico está atrelado à produção, consumo e enriquecimento. Já o desenvolvimento está voltado para o índice de qualidade de vida, levando em consideração vários fatores.

Segundo FURTADO (1961), crescimento econômico é o aumento da capacidade produtiva da economia e, portanto, da produção de bens e serviços de determinado país ou área econômica, representado basicamente pelo aumento do Produto Interno Bruto (PIB). Já o desenvolvimento econômico caracteriza-se pelo crescimento econômico acompanhado pela melhoria do padrão de vida da população.

De acordo com Santos (2010) podemos denominar desigualdade social como sendo uma condição de acesso desproporcional aos recursos, materiais ou simbólicos, fruto das divisões sociais. As desigualdades socioeconômicas fazem parte da realidade fronteiriça, e poucas ações práticas que visem amenizar seus efeitos sobre a população menos favorecida são percebidas nessa região (BELARMINO e VIEIRA, 2020).

As causas das desigualdades e o crescente distanciamento entre ricos e pobres são inúmeras, as mais comuns são: má distribuição de renda; ineficiência na administração pública dos recursos; falta de investimento nas áreas sociais, culturais, saúde e educação; falta de oportunidades de trabalho; corrupção; lógica de acumulação do mercado capitalista entre outras (SEN, 2001; MYRDAL, 1960).

Diversos autores fizeram estudos voltados para a temática do desenvolvimento social e econômico na faixa Sul Fronteira no Estado de Mato Grosso do Sul nos últimos anos, com destaque para: Machado (2005); Lamberti (2006); Guetti (2008); Torrecilha (2013); Scherma(2016); Baptista(2016); Goettert (2017); Pedrollo-Machado(2018); Brito (2018); Oliveira (2019); Corrêa (2019); Barbosa; Moreira; Marin (2019); Costa (2019); Farias(2019).

De acordo com os estudos, os 44 municípios que compõem a faixa sul fronteira de Mato Grosso do Sul apresentam características de regiões subdesenvolvidas, elevados índices de pobreza, baixa densidade demográfica e disparidades econômicas e sociais.

Ainda que estudos mostrem que a maioria dos municípios tendem a apresentar características de subdesenvolvimento, vale salientar que temos algumas exceções, como por exemplo o Município de Ponta Porã, que apresenta um desenvolvimento regional diferenciado das outras Regiões localizadas na Faixa Internacional de Fronteira, como será demonstrado posteriormente.

4.Metodologia

Este trabalho possui uma abordagem quantitativa; quanto aos objetivos a pesquisa tem caráter descritivo e caracteriza-se como pesquisa de levantamento de dados secundários. Os dados utilizados como referência são provenientes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os dados utilizados referem-se a: População; Trabalho e rendimentos; Renda e Pobreza; Produto Interno Bruto (PIB); coeficiente de GINI e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal). Através dos dados será realizada uma análise comparativa entre os anos de 2010 e 2022, avaliando as mudanças ocorridas nesse período referente à indicadores como renda, população, PIB, emprego, IDHM, Índice de Gini.

Serão analisados dados coletados entre anos de 2010 a 2022. Esses dados serão analisados e comparados por meio de tabelas. Salienta-se que serão demonstrados dados mais atuais encontrados para os indicadores, porém, com algumas periodicidades diferentes.

Ao apresentar dados referentes ao índice de Gini, que é um instrumento utilizado para medir o grau de concentração de renda, apontando a diferença entre a renda dos mais ricos e dos mais pobres. O Índice de Gini varia entre 0 e 1, quanto mais próximo de 1, mais desigual é a renda. Através desse indicador vamos analisar qual o munícipio apresenta a menor e a maior concentração de renda.

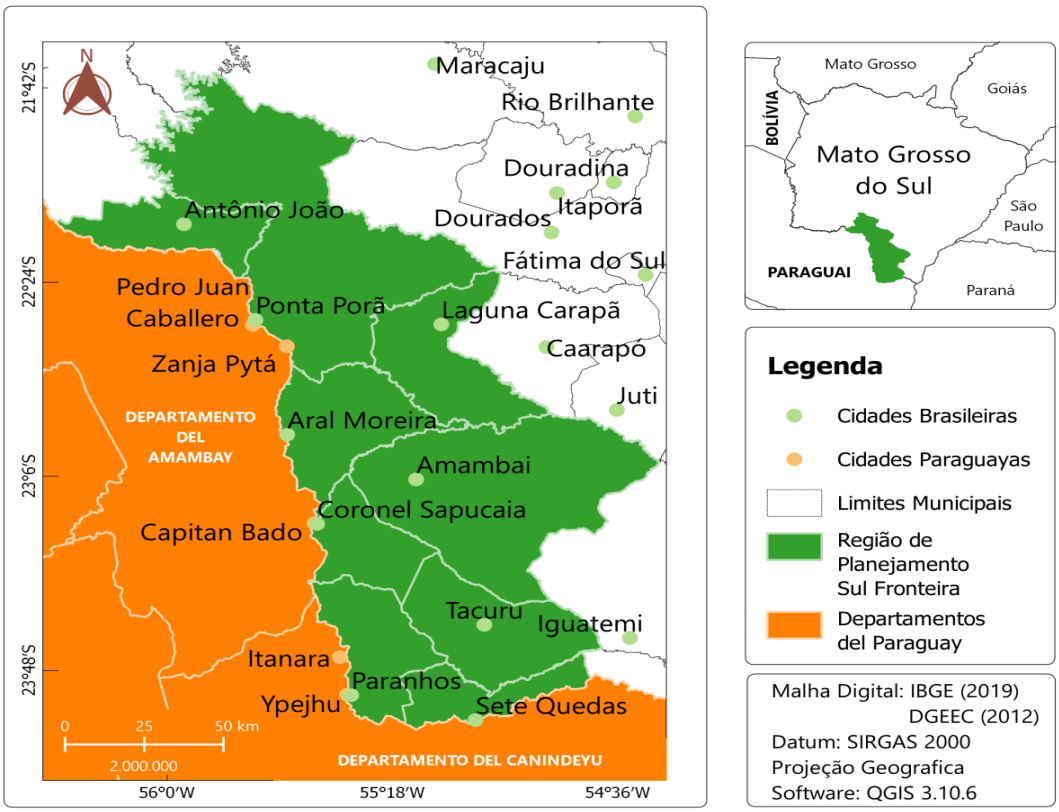
Os dados referentes ao IDHM, apresentam três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, renda e educação. Também possui uma variação entre 0 e 1, sendo que, quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano. Apresenta a seguinte classificação: baixo desenvolvimento (0,500 – 0,599); Médio desenvolvimento (0,600 – 0,699); Alto desenvolvimento

(0,700 – 0,799) e, muito alto desenvolvimento (0,800 – 1,000). Através desses dados vamos fazer um comparativo entre qual município possui o melhor índice de desenvolvimento humano.

Outro indicador utilizado será o Índice FIRJAM de Desenvolvimento Municipal, o IFDM, que foi criado em 2008, é um estudo, com base em estatísticas públicas que são disponibilizadas pelos Ministérios do Trabalho, Educação e Saúde, que acompanha, anualmente, o desenvolvimento socioeconômico dos municípios em três áreas de atuação de extrema importância: Emprego e Renda, Educação e Saúde. Esse índice varia de 0 a 1, classificando o nível de cada localidade em quatro categorias: baixo (resultados inferiores a 0,4 ponto), regular (resultados compreendidos entre 0,4 e 0,6 ponto), moderado (resultados compreendidos entre 0,6 e 0,8 ponto) e alto desenvolvimento (resultados superiores a 0,8 ponto). (FIRJAN 2016).

A Figura 2 apresenta a área de estudo utilizada para esse estudo refere-se à Região de planejamento Sul Fronteira, que corresponde aos municípios que se localizam ao sul do Estado, na região Centro-Oeste e abrangem nove municípios: Antônio João, Ponta Porã, Laguna Carapã, Aral Moreira, Amambaí, Coronel Sapucaia, Tacuru, Paranhos e Sete Quedas.

Figura 2 – Mapa de Localização da Região de Planejamento Sul Fronteira de Mato Grosso do Sul



Fonte: Silveira (2020)

5 . Dinâmica socioeconômica da Região Sul Fronteira

A região de planejamento Sul Fronteira é composta por nove municípios: Amambai, Antônio João, Aral Moreira, Coronel Sapucaia, Laguna Carapã, Paranhos, Ponta Porã, Sete Quedas, Tacuru, ocupando um espaço territorial de 19.020,94 km². Seis desses municípios fazem fronteira seca com o Paraguai, e possuem vínculos culturais e econômicos com o país vizinho. Essa relação tem destaque nas fortes relações comerciais e culturais entre o município de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero, no outro lado da fronteira, relacionadas ao consumo, educação, trabalho e prestação de serviços que se intensificam devido a existência da fronteira seca.

De acordo com Lamberti (2006), a condição de conurbação dessa fronteira internacional, permitiu historicamente que as duas cidades se conformassem enquanto centro de comercialização e trocas internacionais, promovendo as interações econômicas, sociais e culturais. Tanto a população brasileira como a paraguaia circulam e consomem no território urbano conturbado, produzindo relações mútuas de troca.

Essas cidades têm a sua estrutura socioeconômica dinamizada por uma multiplicidade de interações que aproveitam as diferenciações existentes em ambos os lados de uma fronteira, como, por exemplo, as diferenças monetárias (marcadas por oscilações constantes), normas jurídicas, preços e mercadorias disponíveis, acesso e qualidade dos serviços de saúde e educação, manifestações culturais (CARNEIRO, 2016; MOURA e CARDOSO; 2016; GOETTERT,2017).

A Tabela 1 mostra dados referentes à população no ano de 2020 (momento em que o país passou pela maior crise sanitária da história – Covid-19). A população total residente nesta região era de 214.735 habitantes (IBGE, 2020). Desse total, a região conta com a presença expressiva de agricultores familiares, onde se destacam 15 assentamentos com 4.292 famílias e 18 aldeias indígenas com aproximadamente 4.336 famílias e 21.681 pessoas (SEMAGRO, 2015).

Segundo dados do IBGE (2020), com relação ao número de habitantes, o município de ponta Porã conta com 93.937 habitantes, seguido por Amambai com 39.826 habitantes. Já o município com a menor população é Laguna Carapã com 7.419 habitantes.

A Tabela 2 apresenta um comparativo referente ao número de habitantes num corte temporal de 12 anos, 2010 a 2022, de acordo com os 2 últimos Censos realizados pelo IBGE.

Tabela 2 - População da região Sul Fronteira do Mato Grosso do Sul - 2010/2022

Municípios		**População**	
	2010	**2020**	**2022**
Ponta Porã	77.872	93.937	92.017
Amambai	34.730	39.826	39.325
Coronel Sapucaia	14.064	15.352	14.161
Paranhos	12.350	14.404	12.921
Sete quedas	10.780	12.332	10.994
Aral Moreira	10.251	11.674	10.748
Tacuru	10.215	10.771	10.808
Antônio João	8.208	9.020	9.303
Laguna Carapã	6.491	7.419	6.799
Total	**184.961**	**214.735**	**207.076**

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010/2022.

Verifica-se que o município de Ponta Porã teve um significativo crescimento populacional entre os anos de 2010 e 2022. Bem como o município de Amambai. Esse aumento no número de habitantes é reflexo do desenvolvimento desses municípios na geração de emprego e renda, como será analisado nas próximas tabelas.

O município de Antônio João apresenta um pequeno crescimento, porém, ainda assim, se destaca dos demais municípios, como Aral Moreira, Coronel Sapucaia, Laguna Carapã, Paranhos, Sete Quedas e Tacuru, que permaneceram em um nível de estagnação populacional.

Conforme apresenta a tabela 3, em 2016, o município com o maior salário médio mensal da região é Laguna Carapã com 2,6 salários, a menor média salarial é de Coronel Sapucaia com 1,7, sendo que os demais municípios variam de 1,8 a 2,3. Quando comparados à população de cada município, com o número de pessoal ocupado, verifica-se que o município com a maior população ocupada é Ponta Porã, seguida de Laguna Carapã, com 15%, que, mesmo sendo o menor município da região em população, apresenta um elevado percentual de população ocupada. A segunda maior cidade da Região Sul Fronteira é Amambaí e apresenta 13,2% da população ocupada. O município com menor população ocupada é Tacuru com 6,6%.

A tabela 3 mostra, também, os dados mais recentes sobre trabalho e rendimento, no ano de 2021. Nela podemos verificar que, no decorrer dos anos, Laguna Carapã, apesar de não ter um número significativo de aumento na quantidade de pessoas ocupadas, permanece sendo o município com o maior salário médio, sendo de 2,7 salários. O município de Paranhos teve um crescimento considerável no nível de salários, saltando do 5ª para o 2º município com maior salário na Região.

Comparando os dados de 2016 e 2021 podemos analisar, também, que Ponta Porã, o município com maior número de habitantes da Região Sul Fronteira, mesmo não apresentando o

maior salário, é o município com maior número de população ocupada, tanto em 2016, quanto em 2021.

Tabela 3 - Trabalho e rendimento dos trabalhadores formais - 2016-2021

Municípios	2016			2021		
	Salário médio mensal (em salários mínimos)	Nº de pessoas ocupadas	População ocupada	Salário médio mensal (em salários mínimos)	Nº de pessoas Ocupadas	População ocupada
Amambai	2,1	5.074	13,2%	2,1	6.438	16,0%
Antônio João	1,9	683	7,8%	2,2	991	10,9%
Aral Moreira	2,2	1.152	9,8%	2,2	1.696	13,5%
Coronel Sapucaia	1,7	1.315	8,8%	1,9	1.286	8,3%
Laguna Carapã	2,6	1.075	15%	2,7	1.197	15,9%
Paranhos	2,2	1.025	7,4%	2,6	890	6,1%
Ponta Porã	2,2	13.608	15,2%	2,2	16.427	17,2%
Sete Quedas	2,3	1.083	10%	2,3	1.160	10,7%
Tacuru	1,8	744	6,6%	2,0	982	8,3%

Fonte: IBGE (2016/2023).

A tabela 4 mostra que o município com a menor renda per capita (R$ 271,52) e maior porcentagem de pobres (52,84%) e extremamente pobres (33,54%) é Paranhos, e apresenta ainda a segunda maior concentração de renda entre os 10% mais ricos. Já o município com maior renda per capita R$ 653.36 e menor porcentagem de pobres e extremamente pobres é Ponta Porã.

Segundo o IBGE, as famílias que estão na linha de pobreza possuem os rendimentos per capita de US$ 5,50, equivalentes a R$ 486,00 mensais per capita. Já a linha de extrema pobreza é de US$ 1,90, ou R$ 168 mensais per capita.

Tabela 4 - Renda e Pobreza no ano de 2010

Municípios	**Renda per capita $**	**% de extremamente pobres**	**% de pobres**	**% da renda apropriada pelos 10% mais ricos**
Ponta Porã	653.36	5.94	16.69	50.05
Amambai	561.14	10.58	20.69	42.85
Laguna Carapã	536.02	9.45	21.84	39.84
Sete Quedas	487.00	9.48	22.79	42.7
Antônio João	411.49	11.57	25.93	43.71
Aral Moreira	398.50	11.89	26.82	41.27
Tacuru	367.68	23.07	34.36	46.38
Coronel Sapucaia	350.37	16.87	35.06	40.08
Paranhos	271.52	33.54	52.84	48.71

Fonte: Atlas do desenvolvimento humano, 2010.

Analisando a concentração de renda, o município onde os 10% mais ricos se apropriam da maior parte da renda é Ponta Porã com 50,05%, seguida de Paranhos 48,71% e Tacuru com 46,38%, que mesmo estando no patamar da linha de pobreza, relacionado à renda per capita, a concentração de renda nas mãos dos 10% mais ricos é bem significativa, tendo em vista que, por outro lado, a concentração de extremamente pobres também são as mais elevadas. A menor concentração de renda é de Laguna Carapã 39,84%, seguida de Coronel Sapucaia 40,08%.

Quanto maior a renda apropriada pelos 10% mais ricos, maior o percentual de pobres e extremamente pobres, e, como consequência, maior o nível de desigualdade, como analisado nos municípios de Paranhos e Tacuru. Exceção essa para o município de Ponta Porã, que apresenta renda per capta de 653,36, com percentual de mais de metade da renda concentrada nas mãos dos 10% mais ricos. Os outros municípios variam entre si, com médias relativamente altas de pobreza e concentração de renda.

A tabela 5 mostra o PIB dos municípios que compõem a Região Sul Fronteira, nos anos de 2010 e 2020. Os municípios com maiores desempenho no PIB são Ponta Porã com um total de 935.791 , e Amambaí 362.257 . Ponta Porã tem destaque para os três setores, notadamente no setor de comércio e serviços. O município de Laguna Carapã registra um PIB de 185.499, com destaque para agropecuária. Dessa forma, grande produção agropecuária e sua maior especialização no setor de comércio e serviços, corroboram para o crescimento do produto interno bruto. A menor participação do PIB ocorre em Paranhos, em consequência da baixa população e pessoal ocupado.

Tabela 5 – PIB dos municípios da região Sul Fronteira do MS – 2010/2020 (em R$ 1.000)*

Municípios	2010				2020			
	Agropecuária	Indústria	Com. e Serv.	Total	Agropecuária	Indústria	Com. e Serv.	Total
Amambai	93.896	30.039	238.322	362.257	318.418	90.704	713.488	1.122.610
Antônio João	28.514	4.573	84.645	117.732	160.891	12.878	264.429	438.198
Aral Moreira	85.839	9.077	90.287	185.203	539.797	35.604	284.742	860.143
Coronel Sapucaia	22.113	5.370	67.260	94.743	83.861	13.652	153.850	251.363
Laguna Carapã	109.976	11.022	64.501	185.499	417.649	25.078	216.158	658.885
Paranhos	17.108	2.861	54.427	74.396	68.378	9.190	145.033	222.601
Ponta Porã	224.470	112.630	598.691	935.791	1.445.621	332.133	2.015.500	3.793.254
Sete Quedas	24.401	7.032	61.909	93.342	121.574	16.858	154.128	292.560
Tacuru	36.357	4.274	54.807	95.438	112.107	9.265	121.381	242.753

Fonte: IBGE (2010/2020).
*PIB com valor adicionado, descontado os impostos.

Analisando os dados de 2020 verificou-se que no município de Ponta Porã aumentou a participação do PIB nos setores de atividades, com destaque para o comércio e serviços e agropecuária. No total a maior participação do PIB ocorreu nos municípios de Ponta Porã e Amambai registrando, 3.793.254 e 1.122.610, respectivamente.

Laguna Carapã se destaca como o segundo município com o maior PIB da Região em 2010 no setor agropecuário, com um total de 109.976, dando lugar, em 2020, para Aral Moreira, com 539.797. Dessa forma, grande produção agropecuária e sua maior especialização no setor de comércio e serviços, corroboram para o crescimento do produto interno bruto.

A menor participação do PIB em 2010 ocorre nos municípios, Paranhos e Sete Quedas, e Coronel Sapucaia, respectivamente. Já em 2020, a menor contribuição permanece com Paranhos e Tacuru, seguido de Coronel Sapucaia, devido as consequentes da baixa população e pessoal ocupado.

Segundo dados do IBGE de 2020 (IBGE,2020), o Produto Interno Bruto (PIB), de Mato Grosso do Sul apresentou variação de 0,2% no primeiro ano da pandemia de Covid-19, comparado com o ano de 2019, sendo o maior percentual do País. O resultado de Mato Grosso do Sul foi atribuído ao desempenho de sua agropecuária. O segmento apresentou a maior variação entre os três grandes grupos de atividades na economia do Estado.

O IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) apresentado na tabela 6, tem como finalidade analisar o desenvolvimento municipal, servindo de ferramenta essencial para tomada de decisões pública e privadas. O índice varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano, segundo a classificação adotada pelo Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

Tabela 6- IDHM no ano de 2010 para municípios em situação crítica de desenvolvimento

Municípios	**IDHM Renda**	**IDHM Longevidade**	**IDHM Educação**	**IDHM**	**Classificação do IDMH**
Amambai	0.683	0.818	0.546	0.673	Médio desenvolvimento
Antônio João	0.633	0.799	0.526	**0.643**	Médio desenvolvimento
Aral Moreira	0.628	0.798	0.507	0.633	Médio desenvolvimento
Coronel Sapucaia	0.607	0.806	0.417	**0.589**	Baixo desenvolvimento
Laguna Carapã	0.676	0.822	0.545	0.672	Médio desenvolvimento
Paranhos	0.566	0.811	0.444	**0.588**	Baixo desenvolvimento
Ponta Porã	0.708	0.812	0.598	0.701	Alto desenvolvimento
Sete Quedas	0.660	0.778	0.450	0.614	Médio desenvolvimento
Tacuru	0.615	0.782	0.434	**0.593**	Baixo desenvolvimento

Fonte: Atlas do desenvolvimento humano(2010).

Classificação do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM
Muito alto desenvolvimento 0,800 - 1,000
Alto desenvolvimento 0,700 - 0,799
Médio desenvolvimento 0,600 - 0,699
Baixo desenvolvimento 0,500 - 0,599
Muito baixo desenvolvimento 0,000 - 0,499

Ao analisar o IDHM dos municípios da Região Sul Fronteira, verificou-se, que o maior IDHM é do município de Ponta Porã (0.701) com alto desenvolvimento, o qual apresenta os melhores percentuais de população, emprego, renda e PIB, seguido de Amambaí (0.673). O município de Paranhos apresenta o menor IDHM com 0,588.

A tabela 7 apresenta o IFDM dos municípios localizados na Região Sul Fronteira nos anos de 2010 e 2016.

Tabela 7 - IFDM dos municípios da região Sul Fronteira do MS de 2010 e 2016

Municípios	2010				2010	2016				2016
	Educação	Saúde	Emp. Ren.	IFDM	Nível de desenv.	Educação	Saúde	Emp. Ren.	IFDM	Nível de desenv.
Amambai	0,7144	0,5960	0,5537	0,6214	Moderado	0,7436	0,6452	0,4997	0,6295	Moderado
Antônio João	0,6956	0,6317	0,5425	0,6232	Moderado	0,7872	0,5560	0,4535	0,5989	Regular
Aral Moreira	0,6044	0,6172	0,5310	0,5842	Regular	0,6637	0,6909	0,5623	0,6390	Moderado
Coronel Sapucaia	0,6150	0,5133	0,5281	0,5521	Regular	0,6765	0,5818	0,4903	0,5829	Regular
Laguna Carapã	0,6370	0,7440	0,5270	0,6360	Moderado	0,7079	0,8057	0,5398	0,6845	Moderado
Paranhos	0,5918	0,2758	0,4336	0,4338	Regular	0,6296	0,5727	0,4730	0,5584	Regular
Ponta Porã	0,6685	0,5860	0,6297	0,6281	Moderado	0,8038	0,7412	0,4608	0,6686	Moderado
Sete Quedas	0,6010	0,5499	0,4865	0,5458	Regular	0,7217	0,6338	0,3236	0,5597	Regular
Tacuru	0,5585	0,3969	0,3627	0,4394	Regular	0,5968	0,4578	0,4520	0,5022	Regular

Fonte: IFDM/Firjan (2023).

Analisando IFDM, Laguna Carapã é o município com maior desenvolvimento, tanto em 2010 (0,6360), quanto em 2016 (0,6845), com destaque para a área da saúde, em ambos os períodos, apresentando desenvolvimento moderado. Ponta Porã é o segundo maior município, apresentando desenvolvimento moderado, com destaque para a educação em 2010 (0,6685) e em 2016 (0,8038), apresentando alto desenvolvimento para a dimensão. Isso se deve ao grande número de Cursos Universitários que o município oferece.

O município com o IFDM baixo, em ambos os períodos é Tacuru, tendo o pior desenvolvimento na área de Emprego e Renda, com índice de 0,4394 em 2010, e 0,5022 em 2016. Na área de Educação, em 2016, Amambai apresenta o melhor índice, 0,7144. Já em 2016, Antônio João é que se destaca nessa área, com 0,7872.

Com relação à Saúde o maior índice é de Laguna Carapã em ambos os anos analisados, 0,7440 em 2010, e 0,8057 em 2016. Na área relacionada à Emprego e Renda, Ponta Porã apresentou o maior índice em 2010, 0,6297, porém, em 2016, quem assume o melhor índice é Laguna Carapã, com 0,5398.

Através dessas análises, podemos verificar que todos os municípios localizados na Região Sul Fronteira apresentam desenvolvimento variando entre regular e moderado no último período.

O índice de GINI é utilizado para calcular a desigualdade de distribuição de renda, podendo ser usado também para qualquer distribuição, como concentração de terra, riqueza entre outras. O índice aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos, numericamente, varia de zero(0) a um(1). Funciona como um termômetro da desigualdade. Quanto mais próximo de 1, maior a desigualdade de distribuição de renda.

Na Tabela 7 é apresentado o Coeficiente de Gini da Região Sul Fronteira em 2010.

Tabela 7 - Coeficiente de GINI dos rendimentos de trabalhos formais no ano de 2010

Municípios	**GINI**
Amambai	0.56
Antônio João	0.54
Aral Moreira	0.53
Coronel Sapucaia	0.55
Laguna Carapã	0.53
Paranhos	0.64
Ponta Porã	0.60
Sete Quedas	0.54
Tacuru	0.60

Fonte: Atlas do desenvolvimento humano, 2010.

Podemos observar os municípios com os maiores indicadores de concentração de renda e desigualdade são: Paranhos, Tacuru e Ponta Porã, variando entre 0,64 e 0,60, o que acaba refletindo na qualidade de vida da população. Os municípios que apresentam menores valores no índice de GINI são Aral Moreira e Laguna Carapã, ambos com Gini de 0,53, porém, ainda assim, evidencia alta desigualdade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do trabalho foi analisar a dinâmica do desenvolvimento socioeconômico dos municípios localizados na região Sul Fronteira, do Estado de Mato Grosso do Sul, no período entre 2010 a 2020.

As análises apresentadas evidenciam que a Região de Sul Fronteira apresenta baixa renda per capita, variando entre R$271,52, no município de Paranhos, a R$653,36 no município de Ponta Porã. O município com maior número de população ocupada é Ponta Porã, 15,2%, apresentando salário médio de 2,2, sendo a cidade mais populosa da Região e com a maior renda per capta, R$653,36. No entanto, apesenta o maior nível de desigualdade, segundo o índice de Gini, 0,64. É o município que mais contribui com o crescimento do PIB, destacando-se nos setores de comércios e serviços, além de apresentar um alto desenvolvimento com relação ao IDHM, 0,701.

Verifica-se que o município de Ponta Porã teve um significativo crescimento populacional entre os anos de 2010 e 2022, passando de 77.872 para 92.017 habitantes. Bem como o município de Amambai, que passou de 34.730 para 39.325 habitantes.

O município com o maior salário médio mensal da região Sul Fronteira é Laguna Carapã, com 2,6 salários. A menor média salarial é de Coronel Sapucaia com 1,7, sendo que os demais municípios variam de 1,8 a 2,3. Com relação ao número da população ocupada, o município que apresenta maio percentual é Ponta Porã, seguida de Laguna Carapã, com 15%,

O município com a menor renda per capita (R$ 271,52) e maior porcentagem de pobres (52,84%) e extremamente pobres (33,54%) é Paranhos, e apresenta ainda a segunda maior concentração de renda entre os 10% mais ricos. Já o município com maior renda per capita R$ 653.36 e menor porcentagem de pobres e extremamente pobres é Ponta Porã.

Analisando a concentração de renda, o município onde os 10% mais ricos se apropriam da maior parte da renda é Ponta Porã com 50,05%, seguida de Paranhos 48,71% e Tacuru com 46,38%,

Os municípios com maiores desempenho no PIB são Ponta Porã com um total de 935.791 mil habitantes , e Amambaí 362.257 mil habitantes. Ponta Porã tem destaque para os três setores, notadamente no setor de comércio e serviços. O município de Laguna Carapã registra um PIB de 185.499, com destaque para agropecuária.

Ao analisar o IDHM dos municípios da Região Sul Fronteira, verificou-se, que o maior IDHM é do município de Ponta Porã (0.701) com alto desenvolvimento, o qual apresenta os melhores percentuais de população, emprego, renda e PIB, seguido de Amambaí (0.673). O município de Paranhos apresenta o menor índice com 0,588.

Dados referentes ao IFDM, Laguna Carapã é o município com maior desenvolvimento, tanto em 2010 (0,6360), quanto em 2016 (0,6845), com destaque para a área da saúde, em ambos os períodos, apresentando desenvolvimento moderado. Ponta Porã é o segundo maior município, apresentando desenvolvimento moderado, com destaque para a educação, em 2010 (0,6685), e em 2016 (0,8038) apresentando alto desenvolvimento para o setor. O município com o IFDM baixo, em ambos os períodos é Tacuru, tendo o pior desenvolvimento na área de Emprego e Renda, com índice de 0,4394 em 2010, e 0,5022 em 2016.

Podemos observar que os municípios com os maiores indicadores de concentração de renda e desigualdade são: Paranhos, Tacuru e Ponta Porã, variando entre 0,64 e 0,60, o que acaba refletindo na qualidade de vida da população. Os municípios que apresentam menores valores no índice de GINI são Aral Moreira e Laguna Carapã, ambos com Gini de 0,53, porém, ainda assim, evidencia alta desigualdade.

O trabalho mostra que os municípios situados na Faixa de Fronteira Internacional apresentam índices de uma região subdesenvolvida, devido ao fato de não acompanhar o ritmo de desenvolvimento dos grandes centros, devido às suas singularidades ou até mesmo pela falta de realização de políticas públicas voltadas para o progresso dos indicadores socioeconômicos.

Este artigo buscou evidenciar a necessidade de estudos mais amplos relacionados a essas localidades, não apenas na Região Sul Fronteira, mas nas demais regiões que possuem as mesmas similaridades, como o fato de fazer fronteira com outros países, apresentando a necessidade de se fazer políticas públicas mais eficazes.

Referências

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br Acesso em: 20/10/2023.

BARBOSA, F.R.; MOREIRA, G, B.; MARIN, S, R**.** A pobreza multidimensional nos municípios de Mato Grosso do Sul. REVISTA DESENVOLVIMENTO, FRONTEIRAS E CIDADANIA, Ponta Porã, 2019.

BELARMINO, O. M; VIEIRA, R. M. Desenvolvimento fronteiriço: Uma análise dos indicadores socioeconômicos da região de planejamento Sul Fronteira/MS. Anais do III Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras, Toledo - PR, p. 517-537, 2020. Disponível em: https://gpfronteras.wixsite.com/coloquio-fronteiras

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Proposta de reestruturação do Programa de

Desenvolvimento da Faixa de Fronteira. Brasília, DF, 2005.
_____ Ministério da Integração Nacional. Grupo de Trabalho Interfederativo de Integração Fronteiriça. Bases para uma proposta de desenvolvimento e integração da faixa de fronteira. Brasília, DF, 2010.

BRESSER-PEREIRA, L. C. O conceito histórico de Desenvolvimento Econômico.

CARNEIRO, Camilo Pereira. Fronteiras irmãs: transfronteirizações na Bacia do Prata.
Porto Alegre: Editora Ideograf, 2016.

CORRÊA. A. Políticas públicas para a integração regional de Fronteira de Mato Grosso do Sul: um estudo da "borda fronteiraBrasil/Paraguai". Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio – Doutorado, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE/Campus de Toledo, 2019.

COSTA, M. C. V. Desenvolvimento socioeconômico dos municípios de Mato Grosso do Sul. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS.

FARIAS, G. E.G. Diagnóstico socioeconômico e produtivo da faixa de fronteira do Estado de Mato Grosso do Sul nos anos de 2006-2016. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia, Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Ponta Porã, MS, 2019.

FERRERA DE LIMA J. et al. DESENVOLVIMENTO REGIONAL FRONTEIRIÇO NO BRASIL. Toledo, PR: Núcleo de Desenvolvimento Regional – UNIOESTE, 2020

FERRERA DE LIMA, J.; HERSEN, A.; KELIN. C. F. Desenvolvimento humano municipal no Oeste do Paraná: o que mostram os indicadores? G&DR, Taubaté, 2016.

Furtado, Celso. Desenvolvimento e Subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009 [1961].

GHETTI, Isabella Benini Lolli. A questão urbana no universo fronteiriço: sobre a fronteira internacional de Ponta Porã / MS. Orientador: Angélica Aparecida Tanus Benatti Alvim. 19 2008. 101 p. Dissertação (Mestrado - Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2008. Disponível em:http://tede.mackenzie.br/jspui/handle/tede/2636. Acesso em: 28 jan. 2021.

GOETTERT, Jones Dari. Fronteiras: quando o "paraíso" e o "inferno" moram ao lado. Identidades, imagens e gentes por entre Ponta Porã (Mato Grosso do Sul, Brasil) e Pedro Juan Caballero (Amambay, Paraguai). Dourados: Ed. UFGD, 2017.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/24073-municipios-da-faixa-de-fronteira.html

LAMBERTI, Eliana. Dinâmica comercial no território de fronteira: reexportação e territorialidade na conurbação Ponta Porã e Pedro Juan Caballero. 2006. 92 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Aquidauana, 2006.

LIMA, A. E. M. A TEORIA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL E O PAPEL DO ESTADO. Análise Econômica, *24*(45). Disponível em: A TEORIA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL E O PAPEL DO ESTADO | Análise Econômica (ufrgs.br),2009.

MACHADO, L. O. Ciência, tecnologia e desenvolvimento regional na faixa de fronteira do Brasil. Parcerias Estratégicas, Brasília, DF, n. 20, p. 1-554, jun. 2005. Edição especial. Seminários Temáticos para a 3ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, 2005.

MOURA, Rosa; CARDOSO, Nelson Ari. Mobilidade transfronteiriça: entre o diverso e o efêmero. In: BALBIM, Renato et al (Org.). Cidade e movimento: mobilidades e interações no desenvolvimento urbano. Brasília: IPEA: ITDP, p. 205-222, 2016.

MYRDAL, Gunnar. Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas. MEC/ISEB - Coleção Textos de Economia contemporânea. Rio de Janeiro, 1960.

PEDROLLO-MACHADO, C. C. Estado e Desenvolvimento Econômico: uma análise de Mato Grosso do Sul no período 2008-2018. Dissertação (Mestrado em Fronteiras e Direitos Humanos) – Faculdade de Direito e Relações Interncionais, Universidade Federal da Grande Dourados. 2018.

SANTOS, Domingos. Teorias de inovação de base Territorial. Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional, 2002.

SANTOS, K. F.; MISSIO, F. J. Políticas públicas de desenvolvimento regional em Mato Grosso do Sul. **Nova Economia**, v. 30, n. 3, p. 921–950, 2021. Disponível em: Políticas públicas de desenvolvimento regional em Mato Grosso do Sul | Nova Economia (ufmg.br), 2021.

SEMAGRO. Estudo da Dimensão Territorial do Estado de Mato Grosso do Sul, Regiões de Planejamento, MS 2015. Disponível em: https://www.semadesc.ms.gov.br/estudo-da-dimensao-territorial-do-estado-de-ms-regioes-de-planejamento ,2015.

SCHERMA, M.A. Cidades-gêmeas e interação: o caso de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero. Anais do II Simpósio Internacional Pensar e Repensar a América Latina. USP. 2016

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento regional**. São Paulo: Atlas, 2009.

TORRECILHA, M. L. A gestão compartilhada como espaço de integração na Fronteira Ponta Porã (Brasil) e Pedro Juan Caballero (Paraguai). 2013. 180 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2013

Primeiro ano da pandemia: MS registra maior crescimento do PIB do País. Disponível em: https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/noticia/2022/11/16/em-2020-primeiro-ano-da-pandemia-ms-registra-maior-crescimento-do-pib-do-pais-aponta-ibge.ghtml

Estrada de Ferro Noroeste do Brasil. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/2688/estrada-de-ferro-noroeste-do-brasil-vira-patrimonio-nacional